

**DIFICULDADES DE ALFABETIZAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS: UM OLHAR A
PARTIR DO AMBIENTE FAMILIAR**

Bianca das Dores Angelo¹
Luciana Machado da Costa²

RESUMO: Este artigo aborda a relação entre o ambiente familiar e as dificuldades de alfabetização enfrentadas por crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa parte do pressuposto de que a aprendizagem, especialmente nos primeiros anos escolares, não é influenciada apenas por fatores escolares, mas também por aspectos do contexto familiar. O estudo tem como objetivo compreender como as condições familiares podem contribuir para o processo de aprendizagem ou se tornar um obstáculo durante a alfabetização. Para tanto, recorre-se à pesquisa bibliográfica e qualitativa, utilizando como base obras de referência, teses e dissertações acadêmicas. A fundamentação teórica se desdobra em três eixos principais: um panorama histórico das dificuldades de aprendizagem, a análise dos fatores individuais e ambientais que influenciam no desempenho escolar, e a importância da participação da família no processo de alfabetização. Os resultados indicam que a ausência de envolvimento familiar, a desvalorização da escola por parte de alguns responsáveis e a carência de estímulo em casa podem impactar negativamente o desenvolvimento educacional das crianças. Em contrapartida, quando há colaboração entre família e escola, o processo de alfabetização tende a ser mais eficiente, favorecendo o progresso cognitivo, social e afetivo dos estudantes. Portanto, a atuação conjunta entre esses dois ambientes é essencial para um processo de ensino-aprendizagem mais equitativo e eficaz, reforçando a necessidade de estratégias que promovam o diálogo e a corresponsabilidade entre pais e educadores.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Dificuldades. Ambiente Familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família é a base primordial para o desenvolvimento de uma criança, sendo nesse ambiente que ela recebe os primeiros ensinamentos sobre valores, princípios e normas sociais. É no contexto familiar que a criança aprende sobre respeito, cultura e ética, além de desenvolver sua identidade pessoal e social. Segundo Tiba (1996), o ambiente familiar é responsável por oferecer os primeiros modelos de disciplina e socialização, preparando o indivíduo para a vida em sociedade.

Com o passar dos anos, o conceito de família passou por transformações significativas. Tradicionalmente, era compreendido como um núcleo formado por pai, mãe e filhos, mas, conforme destacam Costa e Silva (2019), essa definição se ampliou. Atualmente, considera-se

¹ Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Superior do Litoral do Paraná – ISULPAR. (e-mail: biancaangelo0002@gmail.com). Paranaguá, PR.

² Licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Superior do Litoral do Paraná – ISULPAR. (e-mail: Luciana1974lucas@gmail.com). Paranaguá, PR.

família qualquer grupo de pessoas que compartilham laços afetivos e que convivem em um mesmo espaço, independentemente do vínculo biológico ou da configuração tradicional. Essa mudança na estrutura familiar reflete-se diretamente na relação entre pais, filhos e escola, influenciando o processo educativo e o desempenho das crianças.

O papel da família no desenvolvimento da criança vai além da oferta de modelos de comportamento, estendendo-se ao desenvolvimento moral e social. De acordo com Nogueira (2006), o ambiente familiar influencia diretamente as habilidades sociais das crianças, uma vez que os estilos parentais, os padrões de correção, os sistemas de crenças e valores são determinantes para sua formação. Assim, o modo como a família se estrutura e interage impacta diretamente o comportamento e a aprendizagem do indivíduo.

A educação formal e informal são responsabilidades tanto da família quanto da escola e a interação entre essas duas instituições acaba sendo fator essencial para o sucesso do processo educativo. Como aponta Carvalho (2004), a participação ativa dos pais na vida escolar dos filhos contribui significativamente para o desenvolvimento escolar e emocional das crianças. Pois, quando há sintonia entre família e escola, o aprendizado acaba tornando-se mais eficiente, a fim de que, a partir desse processo de relação, o aluno sinta-se mais motivado e seguro para progredir em seu percurso educacional.

Costa e Silva (2019), ressaltam que a escola e a família devem atuar em conjunto, funcionando como parceiras no desenvolvimento integral da criança. Ambas possuem um papel importante para a construção do conhecimento e na formação cidadã, sendo essencial que sigam diretrizes semelhantes, a fim de que possa garantir um ensino-aprendizagem mais eficiente. Essa parceria possibilita um ambiente educativo mais estruturado, fomentando o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dos alunos.

No entanto, apesar da reconhecida importância dessa relação, muitos educadores enfrentam dificuldades para estabelecer um vínculo efetivo com as famílias. Conforme apontam Albuquerque e Aquino (2018), a participação dos pais no cotidiano escolar ainda é um desafio, visto que muitos deles não acompanham de perto o desempenho escolar dos filhos. A ausência de um envolvimento mais ativo pode comprometer a aprendizagem e gerar lacunas no desenvolvimento infantil. Dessa forma, torna-se fundamental buscar estratégias que fortaleçam essa relação, promovendo uma comunicação mais eficiente entre pais, professores e alunos.

Diante do exposto, levantou-se a seguinte questão norteadora desta pesquisa: Como o ambiente familiar pode acabar prejudicando o processo de alfabetização das crianças que estão nas séries iniciais do Ensino Fundamental I?

A fim de responder a seguinte indagação, determinou-se o seguinte objetivo geral deste trabalho, que está centrado em: compreender como o ambiente familiar pode influenciar e/ou prejudicar o processo de alfabetização das crianças.

Já os objetivos específicos traçados para orientar esta pesquisa, consistem em: Apresentar um panorama histórico sobre as dificuldades de aprendizagem, indicando as causas mais prováveis, assim como: fator individual o fator ambiental; Apontar a importância da família no processo da alfabetização e Refletir acerca da relação família e escola, a fim de compreender como essa relação é importante para a alfabetização do aluno.

A metodologia adotada neste estudo fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, que se caracteriza pela utilização de materiais previamente publicados, como livros, artigos científicos, teses e dissertações. Além disso, empregou-se a abordagem qualitativa, voltada para a investigação de aspectos específicos e subjetivos da realidade, especialmente nas ciências sociais, onde os fenômenos analisados não podem ser representados por dados numéricos, mas requerem uma compreensão aprofundada de seus significados e contextos.

Dessa forma, este trabalho organiza-se da seguinte maneira: a introdução, com observações gerais sobre a pesquisa; a fundamentação teórica, com suas subdivisões acerca do estudo, assim como: um breve panorama histórico sobre as dificuldades de aprendizagem; a relação histórica entre a família e a escola; a participação da família no processo de alfabetização e, por fim, as considerações finais acerca da construção desta pesquisa.

Espera-se que esta pesquisa possa, principalmente, auxiliar professores, pais e profissionais da educação a identificar possíveis lacunas no sucesso escolar das crianças, principalmente numa fase tão importante que é a alfabetização. Com isso, espera-se que este estudo seja um divisor de águas, a fim de “abrir” os olhos quanto a importância dessas duas instituições: família e escola, para um desenvolvimento saudável e equilibrado das crianças do Ensino Fundamental I.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Ao abordar as dificuldades de aprendizagem no contexto educacional, torna-se imprescindível compreender suas origens históricas, seus conceitos e suas implicações pedagógicas, diferenciando-as de condições clínicas ou neurológicas. É comum que, no discurso cotidiano e até mesmo em alguns espaços acadêmicos, haja confusão entre os termos “dificuldade de aprendizagem” e “distúrbio de aprendizagem”. Assim como descrevem Felipe e Benevenuti (2013), os distúrbios de aprendizagem estão relacionados a disfunções neurológicas, ou seja, têm origem orgânica e permanência mais significativa, enquanto as dificuldades de aprendizagem são geralmente transitórias e advêm de fatores psicológicos, pedagógicos e socioculturais.

A partir de pesquisas realizadas por Farias e Gracino (2019), observa-se que as dificuldades de aprendizagem têm caráter provisório e decorrem de desordens que interferem no ritmo e tempo de aprendizagem dos estudantes. Essas dificuldades não podem ser atribuídas exclusivamente ao aluno, pois envolvem também o ambiente em que está inserido, os recursos didáticos utilizados e as práticas pedagógicas adotadas pelos educadores. Dessa forma, o fenômeno da dificuldade de aprendizagem deve ser compreendido como resultado da interação de diversos fatores, como destacam Rosa Neto *et al.* (2011), para quem essa situação representa uma confluência de elementos que, juntos, influenciam negativamente o desempenho escolar.

Assim, de acordo com Scussiato (2015), a aprendizagem constitui um processo essencial na constituição do ser humano, envolvendo a interação ativa entre sujeito e objeto de conhecimento. Esse processo exige ação, pensamento e construção de estruturas mentais que influenciam diretamente a forma como o sujeito aprende. Nesse sentido, Leal (2014), acrescenta que a aprendizagem representa uma modificação de comportamento, baseada nas experiências individuais. É essa complexidade do processo de aprendizagem que permite compreender as dificuldades não como incapacidades fixas, mas como desafios pontuais que devem ser enfrentados com apoio pedagógico adequado.

A história do conceito de dificuldade de aprendizagem tem suas raízes na medicina e na psicologia. A partir da década de 1960, o termo passou a ser utilizado para designar um conjunto de situações que resultavam em insucesso escolar, mas que não podiam ser explicadas por outras condições já diagnosticadas. Conforme destaca Correia (2007), essa nomenclatura foi criada para diferenciar tais condições de distúrbios neurológicos, transtornos mentais ou deficiências intelectuais.

Fonseca (1995) explica que o surgimento do termo “Dificuldades de Aprendizagem” (DA) se deu diante da necessidade de categorizar crianças com disfunção cerebral mínima, dislexia e outros diagnósticos, que não se enquadravam nas condições até então reconhecidas. Essa nova terminologia buscava romper com uma perspectiva puramente clínica e psicométrica, permitindo uma abordagem transdisciplinar do fenômeno.

De acordo com Cruz (1999), apoiando-se em Wiederholt (1974), a história das dificuldades de aprendizagem pode ser dividida em quatro fases, cuja origem remonta ao contexto norte-americano. A primeira, denominada fase de fundação (1800 a 1930), é caracterizada pelo forte interesse da medicina, sobretudo da neurologia, em investigar problemas de linguagem e aprendizagem associados às lesões cerebrais. Pacientes com tais lesões apresentavam dificuldades comunicativas e cognitivas significativas, e esse contexto favoreceu o surgimento de estudos que correlacionavam as funções neurológicas com a aprendizagem.

A segunda fase, de transição (1930 a 1960), trouxe contribuições mais sistematizadas da psicologia e da educação, com a introdução de testes psicométricos e maior interesse no desempenho escolar. Durante essa época, autores como Kirk começaram a utilizar a expressão *learning disabilities* para se referirem a dificuldades escolares inexplicadas por deficiências visíveis. A terceira fase, a fase de integração (1960 a 1980), consolidou o termo dificuldades de aprendizagem no âmbito escolar, promovendo a criação de programas educacionais especializados. A quarta fase, por sua vez, denominada fase de consolidação (a partir de 1980), marca o fortalecimento da área como campo de investigação e intervenção multiprofissional.

Com base nesses marcos históricos, observa-se que a compreensão das dificuldades de aprendizagem passou por diversas transformações epistemológicas. Inicialmente, prevalecia a ideia de que tais dificuldades eram resultado exclusivo de causas orgânicas. Posteriormente,

com os avanços das ciências humanas e sociais, passou-se a considerar também os fatores afetivos, sociais, pedagógicos e ambientais como determinantes do sucesso ou fracasso escolar.

Essa mudança de paradigma é corroborada por estudiosos como Scussiato (2015), que reconhece a aprendizagem como processo ativo, construído na relação com o outro e com o meio. Nesse sentido, quando ocorrem dificuldades, elas não devem ser vistas como características individuais isoladas, mas como indicadores de que há desconexões entre o aluno e as práticas pedagógicas ofertadas.

Nesse sentido, entende-se que a Dificuldade de Aprendizagem está associada “para além dos fatores neurológicos, abarcando também fatores psicológicos, biológicos e ambientais” (Barbosa, 2015, p. 14). Há também a influência gerada por fatores intrínsecos, ou seja, por fatores que são internos do indivíduo. Rotta (2006) explica que “o cérebro com estrutura normal, com condições funcionais e neuroquímicas corretas e com um elenco genético adequado, não significa 100% de garantia de aprendizado normal”. Isso porque a aprendizagem não depende apenas desses fatores supracitados, mas necessita de estímulos que são ofertados a criança desde o seu nascimento. Além disso, o ambiente onde a criança vive também pode ser fator determinante para o seu desenvolvimento e aprendizado.

Há, portanto, inúmeros fatores que podem se tornar cruciais na fase de desenvolvimento do ser humano, desde a sua tenra idade. No próximo subitem, apresentam-se as causas prováveis que acabam influenciando nas dificuldades de aprendizagem.

2.1.1 Causas prováveis sobre as dificuldades de aprendizagem: fator individual

A temática relacionada às dificuldades de aprendizagem tem sido recorrente no ambiente escolar ao longo dos anos. Contudo, observa-se que há uma multiplicidade de entendimentos sobre o assunto, pois nem sempre esses obstáculos estão associados a distúrbios de ordem neurológica. Existem, de fato, outros elementos que contribuem para a complexidade desse processo, como os fatores individuais, ambientais e interpessoais.

Nesse contexto, Maia *et al.* (2018) reforçam essa compreensão ao mencionar os estudos de Martin e Marchesi (1996), os quais defendem que as dificuldades de aprendizagem decorrem da interação entre diversos fatores que afetam o ser humano de maneira ampla e variada. Isso

implica que tais dificuldades manifestam-se de forma heterogênea, sendo possível encontrar entre os alunos aqueles que apresentam problemas situacionais (com dificuldades específicas em certos contextos), questões de ordem comportamental, emocional, comunicacional (como distúrbios de fala e linguagem), além de limitações físicas, visuais, auditivas e, em alguns casos, a combinação de múltiplos fatores simultaneamente.

Essa abordagem evidencia que a dificuldade para aprender pode estar ancorada em diversas origens. Dentre elas, as causas relacionadas aos fatores individuais, assim como aponta Siqueira, em sua obra “Dificuldades e Transtornos de Aprendizagem”, (2018).

Antes de aprofundar essa discussão, é necessário distinguir os aspectos individuais daqueles de natureza biológica. Conforme Siqueira (2018), os aspectos individuais são características internas do sujeito que não podem ser modificadas com facilidade, pois pertencem à sua constituição psíquica e histórica. Esses aspectos estão ligados ao repertório de experiências e aprendizados acumulados ao longo da vida, influenciando diretamente na forma como o sujeito reage às situações escolares.

Segundo Siqueira (2018), o fator individual refere-se às informações e experiências que o sujeito internalizou e que, de algum modo, afetam negativamente seu desempenho acadêmico. Tais elementos estão vinculados ao comportamento do indivíduo e ao conceito de “contingência”, que, conforme explica Teixeira Júnior (2006), diz respeito à interdependência entre estímulos e respostas dentro de uma relação comportamental. Ou seja, determinados comportamentos são reforçados por experiências anteriores, estabelecendo padrões que podem se tornar impeditivos para o aprendizado.

Nesse sentido, compreende-se que os fatores individuais atuam como barreiras que o próprio sujeito internaliza, muitas vezes de forma inconsciente, tornando-se empecilhos significativos ao seu desenvolvimento educacional. Trata-se de uma espécie de autossabotagem, segundo Siqueira (2018), mas que não ocorre de maneira proposital. Em vez disso, é o resultado de uma trajetória de comportamentos repetitivos e limitantes, que acabam por interferir na assimilação do conteúdo escolar.

Um exemplo recorrente desse fenômeno é observado quando o aluno demonstra aversão por uma disciplina específica. Sempre que se depara com a necessidade de estudá-la, sua atenção é desviada por outras atividades mais prazerosas. Esse comportamento de desinteresse e

dispersão acaba gerando dificuldades de concentração e, conseqüentemente, de aprendizagem. Essas barreiras internas são próprias do aluno e refletem traços particulares de sua constituição subjetiva.

Ainda de acordo com Siqueira (2018), o aluno tende a demonstrar facilidade nas atividades que lhe são prazerosas e resistência àquelas pelas quais não nutre interesse. Isso, porém, não significa que ele seja incapaz de aprender, mas sim que enfrenta obstáculos internos que o distanciam da tarefa. Essas dificuldades ultrapassam o conceito de personalidade, pois envolvem condicionamentos anteriores que foram reforçados ao longo do tempo e que, para ele, funcionam como bloqueios reais.

Diante disso, torna-se fundamental que o educador busque conhecer o estudante em sua totalidade: suas preferências, seu comportamento, seus interesses e suas dificuldades. Esse conhecimento profundo permite ao professor atuar de forma mais sensível e eficaz, identificando as limitações internas e propondo estratégias que favoreçam o processo de superação desses obstáculos.

No entanto, nas práticas pedagógicas cotidianas, muitas vezes esse cuidado é negligenciado. É comum que as escolas adotem padrões de avaliação uniformes, que ignoram as particularidades de cada aluno. Essa postura desconsidera a singularidade dos sujeitos, promovendo uma lógica de homogeneização que desrespeita a diversidade humana. Como destaca Siqueira (2018), a igualdade no acesso ao conhecimento não significa tratar todos da mesma forma, mas sim reconhecer que cada indivíduo necessita de formas específicas de aprendizagem para atingir o mesmo objetivo.

Uma das contribuições importantes de Siqueira (2018) refere-se ao papel da autoestima no enfrentamento das dificuldades escolares. Ao desenvolver uma imagem positiva de si mesmo, o aluno torna-se mais propenso a acreditar em suas capacidades e, assim, a superar os desafios encontrados durante o percurso de aprendizagem. A valorização da autoestima é, portanto, um fator central na promoção da autonomia e da confiança do estudante.

As barreiras impostas pelos fatores individuais também podem ser compreendidas como reflexo de uma percepção distorcida que o sujeito tem de si próprio. Quando essa autoimagem negativa se consolida, o indivíduo tende a interpretar os fracassos escolares como consequência de sua incapacidade, o que reduz ainda mais sua motivação para aprender. Como aponta Siqueira

(2018), esse quadro de desvalorização pessoal interfere diretamente na forma como o sujeito interage com o mundo ao seu redor, comprometendo tanto o seu rendimento acadêmico quanto suas relações interpessoais.

Nessa perspectiva, as dificuldades de aprendizagem associadas aos fatores individuais não devem ser interpretadas apenas como déficits ou falhas do aluno. Elas representam, antes, um conjunto de experiências emocionais, comportamentais e sociais que moldam a forma como o sujeito se posiciona frente ao conhecimento. Assim, cabe à escola criar ambientes pedagógicos acolhedores e respeitosos, capazes de oferecer oportunidades de aprendizagem que dialoguem com as necessidades e potencialidades de cada estudante.

Portanto, compreender as causas individuais das dificuldades de aprendizagem exige uma abordagem que considere a subjetividade do aluno, seu histórico de vida, os contextos nos quais está inserido e as interações que estabelece com seus pares e educadores. É papel do professor, em colaboração com outros profissionais da educação e da saúde, identificar essas nuances e propor intervenções que valorizem o protagonismo do estudante em seu próprio processo de desenvolvimento.

2.1.2 Fator ambiental: ambiente familiar

O ambiente familiar exerce papel central no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, influenciando diretamente seu desempenho escolar. A família, como primeiro espaço de socialização, transmite valores, crenças e atitudes que moldam a relação da criança com o aprendizado. Oliveira (2014) destaca que, historicamente, a família é considerada o ambiente ideal para o desenvolvimento e educação de crianças pequenas, sendo responsável por fornecer as bases para a aprendizagem formal.

No entanto, o ambiente familiar pode também ser fonte de dificuldades de aprendizagem. Siqueira (2018) exemplifica com o caso de Joaquim, um aluno que, apesar de estudar em uma escola bem equipada, apresenta desinteresse por disciplinas como História e Geografia. Esse desinteresse é atribuído à falta de incentivo familiar para essas matérias, consideradas desnecessárias pelos pais. Assim, a ausência de valorização de determinadas disciplinas no

ambiente familiar pode levar à falta de motivação e, conseqüentemente, à dificuldade de aprendizagem.

Além disso, a organização e rotina familiar têm impacto significativo no desempenho escolar. Siqueira (2018) observa que crianças que não têm uma rotina adequada em casa, como horários regulares de sono, podem apresentar sonolência e desatenção em sala de aula, prejudicando o aprendizado. A falta de estrutura e disciplina no ambiente doméstico pode, portanto, refletir negativamente no comportamento e rendimento escolar da criança.

A autoestima da criança também é influenciada pelo ambiente familiar. Siqueira (2018) ressalta que o apoio e reconhecimento dos pais são fundamentais para que a criança desenvolva confiança em suas capacidades. A ausência desse suporte pode levar a uma visão distorcida de si mesma, afetando sua maneira de lidar com o mundo e com as pessoas ao seu redor, o que pode se manifestar em dificuldades de aprendizagem.

Portanto, é essencial que educadores e profissionais da área estejam atentos às influências do ambiente familiar no processo de aprendizagem. Compreender a dinâmica familiar e suas implicações pode auxiliar na identificação de fatores que contribuem para as dificuldades de aprendizagem, permitindo intervenções mais eficazes e o desenvolvimento de estratégias que envolvam a família no processo educativo.

2.2 A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA

Ao longo da história, as relações entre família e escola passaram por significativas transformações, acompanhando as mudanças sociais, culturais e econômicas da sociedade. Essas alterações não se restringem apenas a essas duas instituições, mas refletem um processo mais amplo de reconfiguração das relações humanas. Compreender essa evolução é essencial para analisarmos o papel que ambas as instituições desempenham na formação das crianças.

Durante a Idade Média, a educação era essencialmente responsabilidade das famílias. As crianças permaneciam sob os cuidados de seus parentes até atingirem a maturidade, momento em que adquiriam experiências práticas por meio da convivência com outros grupos sociais. A educação, portanto, não era restrita à família nuclear, mas compartilhada com outras famílias e com a Igreja. Nesse contexto, a aprendizagem acontecia por meio da prática diária e da

repetição, sendo direcionada à vida profissional ou às atividades do cotidiano, como o serviço doméstico ou o ofício da cavalaria (Ariès, 2006).

A bagagem cultural, os conhecimentos práticos e os valores eram transmitidos de geração em geração, e a família exercia um papel mais moral e social do que afetivo. A figura da infância, como a conhecemos hoje, ainda não existia. As crianças eram vistas como adultos em miniatura e participavam das atividades sociais em igualdade com os mais velhos. Com o passar do tempo, essa percepção começou a se modificar, influenciada por discursos morais e religiosos, levando à criação das primeiras instituições voltadas para a educação infantil (Ariès, 2006).

No entanto, somente a partir do século XV é que começou a se delinear a noção moderna de infância, marcada por um olhar mais sensível às necessidades e características das crianças. Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2002), a concepção de família também se manteve estável durante séculos, mas sofreu profundas mudanças nos últimos tempos, especialmente com o avanço dos direitos das mulheres e a reorganização dos papéis sociais. Famílias com arranjos diversos, como pais separados, uniões homoafetivas ou filhos de diferentes casamentos, tornaram-se comuns.

Essas transformações, contudo, não significam necessariamente fragilidade nos vínculos familiares. Conforme apontam os mesmos autores, o vínculo afetivo, biológico e social é essencial para o desenvolvimento integral da criança, sendo o afeto e o cuidado elementos indispensáveis à sua sobrevivência física e emocional (Bock; Furtado; Teixeira, 2001). Além do amor, as crianças necessitam de exemplos e referências que moldem seu caráter e conduta.

A história social da infância mostra que o modelo de família nuclear — frequentemente tomado como padrão nas políticas e práticas escolares — não é uma construção natural e universal, mas uma estrutura cultural e histórica que só se consolidou a partir do século XVIII (Ariès, 2006). A ideia de que esse modelo familiar é o mais adequado ou legítimo não condiz com a diversidade social observada atualmente, tampouco com as diferentes formas de organização familiar que sempre existiram.

Com o advento da Revolução Industrial, houve um impacto considerável nas famílias, especialmente com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho fabril. Esse processo alterou a dinâmica familiar, pois as mães, além das responsabilidades domésticas, passaram a

trabalhar “fora”, acumulando duplas ou triplas jornadas. Conforme apontam Souza *et al.* (2019), diante da dificuldade de acompanhar o desenvolvimento dos filhos, iniciou-se uma luta por direitos como creches, escolas públicas e licenças maternidade.

Com o surgimento das primeiras instituições escolares na era moderna, os pais passaram a desejar que seus filhos estivessem mais próximos de casa e que a educação oferecida fosse mais atenta às suas necessidades. Antes, quando as crianças eram enviadas a outras famílias ou à Igreja, havia um afastamento da vida familiar. Já com a escolarização formal, as crianças passaram a ter maior contato com seus pais, inclusive nos períodos de férias, fortalecendo os laços familiares (Ariès, 2006).

A partir desse momento, consolidou-se o modelo de família moderna, que coexistia com o crescimento das escolas como instituições fundamentais no processo educacional. De acordo com Ariès (2006), o clima emocional se modificou, aproximando-se do que conhecemos atualmente. O surgimento de escolas mais acessíveis permitiu que os pais mantivessem contato mais frequente com os filhos, o que antes não era possível devido à separação imposta pelo antigo modelo educativo.

A educação dos filhos, que antes era uma função compartilhada entre famílias ou instituições religiosas, passou a ser, gradualmente, transferida às instituições escolares. Isso modificou profundamente o papel da família no processo educacional. Embora a escola tenha assumido boa parte da responsabilidade pela formação das crianças, é evidente que a família continua a desempenhar papel fundamental nesse processo. Ao longo dos anos, porém, a sobrecarga de responsabilidades e a crescente exigência do mundo moderno fizeram com que os pais se afastassem parcialmente dessa função (Lima *et al.*, 2022).

Nesse novo cenário, a escola passou a desempenhar também funções sociais que, antes, eram atribuídas exclusivamente à família, como ensinar valores, estabelecer limites e desenvolver habilidades socioemocionais. No entanto, é importante reconhecer que a escola não pode, sozinha, atender a todas essas demandas. A ausência da participação familiar ativa pode acarretar prejuízos no desempenho escolar, afetando, inclusive, o desenvolvimento emocional da criança.

Além da função educativa, a família tem ainda um importante papel de proteção. Para Ariès (2006), o ambiente familiar representa o primeiro espaço de acolhimento e segurança

diante das adversidades sociais. É dentro da família que a criança deve aprender os valores necessários para viver em sociedade. Em tempos de instabilidade, especialmente quando o Estado falha em garantir os direitos fundamentais, a família torna-se o principal refúgio da infância.

Apesar das mudanças estruturais e das transformações socioculturais vividas pelas famílias, é preciso valorizar o papel que elas exercem no processo de aprendizagem. As primeiras experiências educativas, as relações afetivas e os exemplos observados no convívio familiar moldam profundamente o modo como a criança percebe o mundo e interage com ele. Embora outras instituições, como a escola, a mídia e os meios de comunicação, também influenciem o processo educativo, é na família que se encontram os alicerces da formação moral e ética do indivíduo.

Assim, ao analisar historicamente a relação entre família e escola, percebe-se que ambas são indispensáveis na formação integral das crianças. Se no passado a responsabilidade pela educação era quase exclusivamente da família, e mais tarde passou a ser majoritariamente das escolas, hoje, entende-se que a colaboração entre essas duas instituições é essencial. O desafio contemporâneo está em restabelecer essa parceria de forma equilibrada, reconhecendo as contribuições específicas de cada uma e promovendo ações conjuntas que garantam o desenvolvimento pleno dos alunos.

A trajetória da relação entre escola e família mostra que ambas caminharam por vias distintas ao longo do tempo, mas que continuam interligadas por um objetivo comum: a formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente responsáveis.

2.3 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A participação da família no processo educacional do aluno ultrapassa a mera presença física em reuniões escolares ou eventos pontuais. Trata-se de um envolvimento ativo, afetivo e consciente na formação do sujeito, que se inicia desde os primeiros anos de vida e influencia diretamente em seu comportamento, desenvolvimento e desempenho escolar (Araujo; Veras; Teles, 2018). A educação ofertada no ambiente familiar é, portanto, o primeiro e mais duradouro contato que a criança tem com o mundo e com os valores sociais, sendo essencial para sua

formação integral. Os hábitos, atitudes e práticas parentais moldam não apenas a personalidade e o caráter da criança, mas também impactam sua relação com o conhecimento, a escola e os processos de aprendizagem ao longo da vida.

É nesse sentido que a família deve assumir a responsabilidade de proporcionar um ambiente emocionalmente estável, amoroso, acolhedor e propício ao crescimento. Como defende Szymanski (2001), é fundamental que a família ofereça um espaço que favoreça o desenvolvimento do sujeito de forma segura e afetiva, pois essas condições facilitam a internalização de valores e a construção de vínculos saudáveis com o saber. A escola, por sua vez, deve reconhecer essa base familiar como ponto de partida para a aprendizagem e buscar estreitar a parceria com os responsáveis, compreendendo que os pais, ainda que muitas vezes não detenham o conhecimento formal exigido socialmente, são educadores por excelência.

Apesar disso, é comum que a família seja vista, em alguns contextos escolares, como um agente secundário ou até mesmo ausente na formação educacional dos filhos. Tal percepção decorre, muitas vezes, da ausência de formação acadêmica por parte dos pais, o que leva à desvalorização de sua contribuição no processo de aprendizagem. Szymanski (2001) destaca que superar essa visão limitada exige o reconhecimento mútuo de que tanto a escola quanto a família têm saberes a transmitir e a aprender, sendo ambas responsáveis pela educação da criança. Essa concepção amplia a noção de educação como uma prática coletiva e cooperativa, na qual todos os atores têm voz e papel ativo.

Morais e Kude (2003), observam que existem, essencialmente, dois tipos de comportamento familiar frente à escola: o primeiro é composto por famílias que participam ativamente da vida escolar de seus filhos, acompanhando as atividades e se integrando às ações educativas sempre que possível; o segundo grupo é formado por famílias que se mantêm afastadas, por considerarem sua presença dispensável ou mesmo inadequada. Essa ausência, porém, não pode ser compreendida de forma simplista, uma vez que está muitas vezes associada a barreiras sociais, culturais ou econômicas, que dificultam o envolvimento efetivo da família com a escola.

Para Caetano (2003), embora a participação familiar seja desejável e traga benefícios ao processo educativo, sua ausência não pode ser usada como justificativa para o fracasso escolar. A escola, enquanto instituição social, deve assumir a responsabilidade de construir pontes de

diálogo e parceria com a comunidade, promovendo um processo de transformação social a longo prazo. Isso implica reconhecer os desafios enfrentados pelas famílias e buscar estratégias para integrá-las ao cotidiano escolar, respeitando suas realidades e potencialidades.

No entanto, ainda persiste, entre muitos professores, a percepção de que os pais têm negligenciado seu papel como educadores, depositando na escola uma expectativa excessiva quanto à formação de seus filhos. Essa visão, como aponta Caetano (2003), reflete uma confusão de papéis que precisa ser superada. A função da escola é distinta da família, mas complementar. Enquanto a família fornece as bases afetivas e morais, a escola amplia o repertório cultural, desenvolve habilidades cognitivas e promove a socialização em contextos mais amplos. Ambas são essenciais e devem atuar de forma articulada.

Essa articulação, contudo, esbarra em diversos desafios. Um deles é a tendência de algumas escolas de enxergarem os encontros com os pais, especialmente as reuniões pedagógicas, como momentos apenas para expor queixas ou dificuldades dos alunos. Tais práticas, muitas vezes marcadas por discursos acusatórios, dificultam a construção de um vínculo positivo e colaborativo entre família e escola. Heindrich (2009) alerta para a importância de orientar os pais, mantê-los informados sobre os objetivos pedagógicos, os projetos desenvolvidos e os processos de aprendizagem, criando espaços de escuta e troca que fortaleçam a relação entre as duas instituições.

Além disso, é preciso que a escola reconheça e valorize a diversidade das configurações familiares contemporâneas. Em um contexto marcado por profundas (re) configurações nos arranjos familiares, torna-se necessário conhecer a realidade de cada aluno, compreendendo as singularidades de sua convivência familiar e comunitária. Essa escuta ativa permite à escola planejar suas práticas pedagógicas de forma mais sensível e efetiva, promovendo o respeito à diversidade e o reconhecimento dos saberes que os alunos trazem de casa.

Quando o professor conhece o contexto familiar e social de seus estudantes, ele amplia suas possibilidades de atuação, podendo adaptar estratégias pedagógicas às necessidades e potencialidades de cada criança. Essa aproximação favorece a construção de um currículo mais significativo e contextualizado, que dialoga com as vivências dos alunos e fortalece sua autoestima e motivação. Dessa forma, o trabalho pedagógico ganha em qualidade, e o processo de ensino-aprendizagem se torna mais eficaz.

O respeito mútuo entre escola e família, conforme destaca Szymanski (2001), é um dos pilares fundamentais para que essa parceria se consolide. É a partir desse respeito que se torna possível delimitar as competências e responsabilidades de cada instituição, evitando sobreposições e acusações que, infelizmente, ainda são frequentes. Em muitos casos, tanto a escola quanto a família deixam de cumprir suas funções de maneira plena, justamente por desconhecerem os limites e as possibilidades do outro. A construção de uma relação pautada no diálogo e na corresponsabilidade é, portanto, essencial para que a educação cumpra seu papel social de forma efetiva.

Nesse processo, torna-se cada vez mais evidente que a parceria entre escola e família não é uma condição acessória, mas sim estruturante para o sucesso escolar dos alunos. É através dessa colaboração que se potencializa o desenvolvimento integral das crianças, contemplando aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais. Quando ambos os espaços educativos – o formal, representado pela escola, e o informal, representado pela família – caminham na mesma direção, os resultados são mais promissores e duradouros.

Por fim, é preciso reconhecer que o sucesso escolar depende de uma rede de apoio ampla, na qual a família ocupa lugar central. Essa rede deve ser continuamente fortalecida por ações concretas de aproximação, escuta, valorização e corresponsabilidade. Promover essa articulação não é uma tarefa simples, mas é uma exigência ética e política de toda instituição educativa comprometida com a formação integral de seus alunos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aprendizagem é um processo essencial que ocorre ao longo da vida, iniciado desde o nascimento e influenciado por uma variedade de experiências e interações. Cada indivíduo, ao longo do tempo, constrói seu próprio conhecimento, desenvolvendo-se a partir de sua maturação biológica, emocional e social. No entanto, esse processo nem sempre acontece de forma linear ou sem obstáculos. Em muitos casos, surgem dificuldades que comprometem o ritmo da aprendizagem, especialmente na fase da alfabetização.

As dificuldades de aprendizagem não devem ser confundidas com distúrbios neurológicos. Elas são, em geral, situações transitórias e multifatoriais, podendo estar relacionadas a aspectos internos do sujeito, como suas experiências e vivências, ou a fatores externos, como o ambiente escolar e familiar. Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender de que forma essas dificuldades se manifestam, especialmente considerando os fatores individuais e ambientais – com ênfase no ambiente familiar.

A investigação revelou que a aprendizagem das crianças está fortemente ligada ao contexto no qual estão inseridas. O ambiente familiar, em especial, representa um dos principais influenciadores nesse processo. Quando esse ambiente é estruturado, afetuoso e estimulante, ele favorece o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança. Por outro lado, ambientes desorganizados, negligentes ou com baixa valorização da educação podem gerar obstáculos significativos para o avanço escolar.

Foi possível identificar que os fatores individuais – como a autoestima, a percepção de si mesmo e os comportamentos internalizados ao longo da vida – também influenciam diretamente no modo como a criança lida com os conteúdos escolares. Muitas vezes, comportamentos de desinteresse, evasão ou desatenção são manifestações de barreiras internas que impedem o progresso no processo de aprendizagem. Da mesma forma, a ausência de uma rotina familiar adequada, a falta de incentivo às disciplinas escolares e a pouca valorização do estudo em casa contribuem para o surgimento de dificuldades no desenvolvimento acadêmico.

Neste cenário, a escola surge como agente fundamental na identificação e mediação dessas dificuldades. A instituição escolar, junto de seus profissionais, tem o papel de acolher, adaptar e buscar estratégias que favoreçam o aprendizado de todos os alunos, respeitando suas individualidades e contextos de origem. Para isso, é indispensável que o ambiente escolar promova ações inclusivas, buscando compreender o aluno em sua totalidade e estabelecendo um diálogo constante com sua realidade familiar.

Ao longo da análise das pesquisas e reflexões teóricas apresentadas, percebeu-se a importância de uma atuação conjunta entre escola e família. Ambas as instituições são corresponsáveis pela formação dos sujeitos e, quando atuam em sintonia, tornam o processo de alfabetização mais significativo, afetivo e eficaz. Cabe à escola, portanto, não apenas cumprir sua função técnica e pedagógica, mas também sensibilizar-se para as diferentes realidades

sociais e culturais de seus alunos, acolhendo a diversidade e buscando estratégias que atendam às necessidades de todos.

É essencial que os profissionais da educação desenvolvam um olhar atento e empático, reconhecendo os sinais das dificuldades e propondo intervenções assertivas. Do mesmo modo, é necessário que a escola invista em práticas que envolvam as famílias, incentivando sua participação ativa no processo educacional, pois a presença e o envolvimento dos responsáveis podem se tornar determinantes para o sucesso escolar dos filhos.

Assim, compreende-se que a alfabetização não é apenas o domínio da leitura e da escrita, mas um processo que exige atenção à totalidade da criança. A aprendizagem deve ser compreendida como algo que se constrói na interação entre o sujeito, o meio e os vínculos afetivos que se estabelecem ao longo da vida.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para uma compreensão mais ampla e reflexiva sobre as dificuldades de aprendizagem, sobretudo no contexto da alfabetização. Que sirva como instrumento de apoio a professores, famílias e demais profissionais envolvidos na educação, estimulando a criação de ambientes de ensino mais justos, acolhedores e transformadores. Afinal, cada criança possui um tempo e uma forma única de aprender – e cabe a todos os que participam desse processo garantir que esse direito seja plenamente respeitado e assegurado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Jéssica Andrade de; AQUINO, Fabíola de Sousa Braz. Psicologia escolar e relação família-escola: Um levantamento da literatura. **Psico-USF**, v. 23, p. 307-318, 2018.

ARAUJO, Leidiane Carvalho de; VERAS, Francisca Samaritana Saudita de Oliveira; TELES, Damares Araújo. A Parceria Da Família e Escola No Processo De Alfabetização: Um Olhar Reflexivo Sobre Essa Relação. V **CONEDU – Congresso Nacional de Educação**, 2018.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BARBOSA, Mariana de Barros. **Dificuldades de aprendizagem no contexto escolar: perspectivas para sua compreensão e superação**. 2015. 50 f. Trabalho de conclusão de curso

(licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2015.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias uma introdução ao estudo de psicologia**. 2001.

CAETANO, Luciana Maria. Relação escola e família: uma proposta de parceria. **Revista Intellectus**, v. 1, n. 1, p. 38-46, 2003.

COSTA, Maria Aparecida Alves; SILVA, Francisco Mário Carneiro. Parceria entre escola e família na formação integral da criança. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2019.

CRUZ, Vitor. **Dificuldades de Aprendizagem: Fundamentos**. Porto, PT: Porto Editora, 1999.

FARIAS, Elizabeth Regina Streisky de; GRACINO, Eliza Ribas. **Dificuldades e distúrbios de aprendizagem**. Curitiba, InterSaberes, 2019. (Série Panoramas da Psicopedagogia)

FELIPE, Sione Maschio. Dificuldade de aprendizagem. **Maiêutica-Pedagogia**, v. 1, n. 1, 2013.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2ª ed. Porto Alegre, Artes médica. 1995.

HEIDRICH, Gustavo. A escola da família: 13 ações eficientes para que essa parceria ajude na aprendizagem dos alunos. **Revista Nova Escola**. São Paulo: Abril Editora. Ano 1, n. 3, pp. 24-31, ago./set. 2009.

LEAL, Flavio Milton dos Santos. **As dificuldades de ensino e aprendizagem do ensino fundamental I na escola Damásio Eugenio de Sousa, Jaicós-Pi**. Monografia, v. 44, 2014.

LIMA, Leonardo Henrique França *et al.* As Contribuições Da Relação Família-Escola No Processo De Inclusão Escolar Na Educação Infantil. **Escola, Família e Educação: Pesquisas Emergentes Na Formação Do Ser Humano-Volume 2**, V. 2, N. 1, P. 28-40, 2022.

MAIA, Luziete Marques da Costa. *et al.* Dificuldades e transtornos de aprendizagem nas series iniciais. **Anais V Conedu**, 2018.

MORAES, Rosária Lanzotti; KUDE, Vera Maria Moreira. A importância da parceria entre a escola e a família no ensino fundamental. **Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada–Construindo a identidade Latino-Americana, Porto Alegre**, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, v. 31, n. 2, p. 155-169, 2006.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. Cortez Editora, 2014.

ROSA NETO, Francisco *et al.* O esquema corporal de crianças com dificuldade de aprendizagem. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 15, p. 15-22, 2011.

ROTTA, Newra Tellechea. **Dificuldades para a aprendizagem**. In: ROTTA, N.T. Transtornos da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SIQUEIRA, Alisson Rogério Caetano de. **Dificuldades e transtornos de aprendizagem**. Editora Contentus, 2018.

SOUZA, Caroline Ramos do Carmo de *et al.* A influência da estrutura patriarcal na construção da emancipação feminina na sociedade contemporânea. **SEMOC-Semana de Mobilização Científica**, 2019.

SCUSSIATTO, Caroline Carminatti. **Prática pedagógica e dificuldades de aprendizagem: processos de inclusão e exclusão na perspectiva dos professores**. 2015. 138f. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Plano Editora, 2001.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. - 1ª Edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.